

FORMAS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA REGIONAL EM GEOGRAFIA

Márcio Mendes Rocha

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta metodológica de pesquisa regional, a partir do uso misto de técnicas qualitativas e quantitativas. Discute-se, para tanto, a necessidade de avaliar as condições objetivas de reprodução das ciências, ou seja, condições financeiras, materiais, infra-estruturais, além de desenvolver uma avaliação histórica das áreas do saber geográfico e dos métodos subjacentes a estas áreas. São discutidos também a parte operacional da pesquisa, seu caráter de trabalho coletivo, dando ênfase na qualidade das relações estabelecidas entre os participantes da equipe com os eventuais entrevistados, e na importância da consistência de um projeto político mais amplo que envolva o grupo de trabalho. Por fim é feita uma rápida avaliação sobre as condições político/econômicas que levaram às reflexões deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE:

regionalização, técnicas de pesquisa, pesquisa em equipe, geografia política, abordagem geográfica.

ABSTRACT

This text's objective is to present a methodological proposal for a regional research, from a mixture of a qualitative and quantitative techniques. This way, the necessity of valuing the objective conditions of sciences' reproduction is discussed, that is, financial, material, infra-structural conditions, besides developing a historical valuation of geographic knowledge's areas subjacent to these areas.

It's also discussed operational aspects of the research, its collective work character, emphasizing the quality of the relation established between the members of the group with fortuitous interviewed people, and the importance of the consistency of an ample politic project that involves the work group.

At last, it's done a brief valuation of politic/economic condition that led to the reflections present in this text.

KEY WORDS:

regionalization, research techniques, in-group research, political Geography, geographical approach.

Introdução

A geografia, há muito, vem abandonando a perspectiva regional de análise. Depois da crítica às monografias descritivas, que marcaram o período de 1930 a 1950 no Brasil, a opção de trabalho no âmbito dos grandes espaços ancorou sua

metodologia nas técnicas de investigação quantitativas, o que significou e até hoje significa, em grande parte dos trabalhos, uma perspectiva "institucional". ou seja, trabalhos vinculados a institutos, fundações, etc, que detêm o controle e/ou o financiamento da coleta de dados. A referência de dados para as investigações regionais, a

partir das técnicas quantitativas, fundamenta-se, basicamente, naqueles dos censos demográficos. Quais as conseqüências disso?

No caso brasileiro, a primeira questão que aparece é a confiabilidade dos dados (veja o caso dos dados do censo de 1991). Sendo previsto o censo de 10 em 10 anos, ele deveria ter sido aplicado em 1990, mas por questões de ordem política, do governo em exercício (Governo Fernando Collor de Melo), naquele ano, o cronograma de execução das enquetes foi postergado. Isso resultou, de início, em sérios problemas, pois quebrou a série decenal de coleta de dados, o que viesou as análises de processo, os estudos temporais.

Um segundo aspecto, não mais de cunho conjuntural, diz respeito ao empobrecimento das investigações de âmbito regional, em função da "bitola" estabelecida pelas variáveis elencadas nos questionários do censo. Neste sentido, a perspectiva de investigação do fenômeno passa, portanto, pela possibilidade de obter dados acerca dele, o que, efetivamente, desencadeia uma inversão dos procedimentos de pesquisa, ou seja, a determinação de uma investigação passando pela possibilidade de obtenção dos dados, o que, certamente, cerceia a criatividade científica.

Por outro lado, existe, fundamentalmente nas ciências humanas as *técnicas qualitativas de investigação*. Nascidas das pesquisas antropológicas, posteriormente incorporadas pela sociologia, psicologia, pedagogia, é hoje utilizada pelas várias disciplinas das ciências humanas. Esta técnica fundamentou-se basicamente nos estudos societais, ou seja, trata de universos sociais restritos (grupos étnicos, minorias, migrantes, etc.), o que BERTAUX, (1997) denomina de "mundo social". Existem, no âmbito da análise qualitativa, várias técnicas que podem e devem ser incorporadas pela geografia. A perspectiva histórico estrutural, bem como a fenomenológica, são paradigmas científicos que se orientam pelas técnicas qualitativas e desenvolveram um bom número de pesquisas em geografia humana.

Quando observamos o perfil da produção científica em geral e da geográfica em particular,

constatamos que ele é mediatizado pelas perspectivas teórico / metodológicas de seus pesquisadores e que estas atuam como instrumentos que otimizam uma construção ideológica do mundo. Ou seja, o investigador busca na base teórico metodológica, condições "objetivas" para interpretar o objeto de sua investigação em consonância com sua ideologia. Aqui, de certa forma, vemos uma diferenciação no que tange às ciências naturais e sociais.

O mito da neutralidade científica, o qual coloca a racionalidade instrumental acima das relações sociais, onde a ciência, ou o cientista veiculam socialmente uma postura neutra de sua produção científica, habitou e habita hoje, com menor grau, o universo acadêmico.

Na abordagem de fundamentação histórico-estrutural o pesquisador é visto como um agente transformador. Crítica, portanto, esta forma de modelização asséptica do mundo. Aqui, o método qualitativo operacionaliza tal perspectiva de forma satisfatória. TRIVIÑOS (1987) ressalta dois aspectos positivos da interpretação qualitativa sua dimensão desreificadora¹ e a quebra da neutralidade científica. A objetividade científica é mediatizada por uma ação política do produtor do conhecimento, a consciência de tal perspectiva traz uma postura qualitativamente diferente do pesquisador.

Métodos e Áreas - um corte que cicatriza.

De certa forma observamos que a dicotomização entre Geografia Humana e Geografia Física apresenta um nexo metodológico. As técnicas quantitativas, estatísticas habitando o mundo das geociências e uma parte dos geógrafos que tratam da Geografia Humana desenvolvendo seus trabalhos a partir de técnicas de investigação qualitativa.

A incorporação das técnicas qualitativas para os estudos de Geografia Humana é de certa forma recente entre os geógrafos brasileiros. No caso de estudos regionais, torna-se ainda mais raro. A perspectiva histórico/estrutural e a fenomenologia são os ramos mais importantes

que incorporam as técnicas qualitativas para o desenvolvimento de suas investigações.

No entanto, nem as áreas de Geografia Física e de Geografia Humana, nem as técnicas de investigação qualitativas e quantitativas devem ser vistas de forma dicotomizadas. O geógrafo pode (e deve) incorporar conhecimentos complementares acerca do espaço onde pretende investigar. E esta investigação pode aglutinar o uso de diversas técnicas.

Quando remontamos à história da epistemologia da geografia, grosso modo, passamos dos estudos positivistas do início do século para o nascimento de novos paradigmas na geografia, como a "New Geography" a Geografia da Percepção e a Geografia Radical.

Na década de 70 ocorre, no caso brasileiro, um rompimento de uma geografia fortemente acadêmica para uma geografia da práxis. Esta atua na transformação das velhas formas de produção geográfica. A chamada Geografia Crítica politiza a reflexão geográfica, contextualizando sua produção nas contradições conjunturais que se manifestam na sociedade. No final da década de 70, a polarização política é nítida. De um lado uma geografia teórica-quantitativa, modelizadora, que efetivamente incorpora um novo rigor metodológico e um novo status da produção geográfica, de cunho claramente oficial. Do outro, uma geografia marxista, histórico estrutural, contestatória mas que, em seu pragmatismo militante subestima a reflexão epistemológica da geografia apresentando um discurso político, em detrimento de um maior rigor científico.

O saldo deste embate foi positivo; no âmbito das organizações ocorreu efetivamente um processo de democratização. Um marco deste momento foi, no congresso de Fortaleza, as alterações estatutárias da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que democratizou e fortaleceu a entidade.

Nos anos 90 as indeterminações político/econômicas de âmbito mundial, impactam sobre as ciências sociais, que efetivamente entram numa crise de paradigma, iniciando um retomar de concepções, como, no caso da geografia, a noção de pai-

sagem, e também o abandono de outras como, já no âmbito das Ciências Humanas, as concepções marxistas, o conceito de classes sociais, por exemplo.

A geografia, como era de se esperar, vive estas indeterminações e, de certa forma, ensaia novas sínteses.

A velha dicotomia entre geografia física e geografia humana desaparece, ou melhor, é absorvida por um corporativismo maior, a partir da pluridisciplinaridade, das grandes linhas de pesquisa como os estudos ambientais ou geociência. Com certeza, nesta década de 90, a fronteira, ou território do saber apresenta uma nova feição.

Observando pelas condições materiais para a reprodução da investigação científica, a alteração das relações com as entidades financiadoras de pesquisa, que neste período "racionaliza" e redesenha os subsídios para pesquisa reduzindo o tempo das bolsas e extinguindo algumas modalidades de financiamento de pesquisa está levando a um repensar do desenho das pesquisas e da exequibilidade dos projetos.

É a partir deste ponto que pretendo apresentar uma proposta de trabalho regional.

A investigação regional possível

Pela continentalidade do território brasileiro, a escala regional para as pesquisas geográficas estabelece sua pertinência. No entanto, as condições de se desenvolver uma pesquisa nesta escala, com autonomia e criatividade, deve partir de formas exequíveis, no sentido material, infra-estrutural e político.

O universo a ser estabelecido (a região a ser estudada) deve apresentar fundamentalmente uma justificativa histórica, pois é a partir das condições históricas de produção deste dado espaço que o delineamento se consubstancia.

Como forma acessória, pode-se trabalhar com algumas variáveis relacionadas com a problemática em questão para pontuar a espaço empírico a ser investigado. Isso pode eventualmente ampliar as possibilidades de generalização para a região.

A cartografia temática se apresenta como instrumental indispensável para monitoramento e representação dos *espaços a serem investigados* (como técnica de localização e contextualização espaciais) e dos *espaços já investigados* (como auxílio didático para a compreensão dos resultados atingidos).

Normalmente o espaço regional² apresenta como unidade quantificável o município. É dele que poderemos, a partir de variáveis compiladas pelos censos ou outras pesquisas institucionais, comparar situações e estabelecer algumas relações, aqui utilizando uma técnica quantitativa.

Notabilizam-se, com este procedimento metodológico, unidades (casos) para serem empiricamente investigadas, investigação esta, agora, de cunho qualitativo. No âmbito das técnicas qualitativas, podem-se utilizar vários tipos de coletas: entrevistas semi-estuturadas ou semi-diretivas, observação participante; história de vida; narração de vida, etc. Neste momento, a partir da compreensão, descrição e interpretação dos objetos da investigação, os indivíduos entrevistados contribuem efetivamente para a construção do trabalho científico, e que conseqüentemente irá, de forma subjacente, teorizar sobre a problemática proposta. A experiência do indivíduo pesquisado a partir de seu microcosmos somada a outros casos investigados, amplifica a capacidade de generalização das informações. Um dos parâmetros para a validade das generalizações é justamente a reincidência de certas explicações e constatações compiladas em trabalho de campo.

Assim, parte-se do geral para o particular e do particular para o geral confirmando ou rejeitando a tese proposta.

A equipe e o compromisso

O desenho de pesquisa aqui proposto requer um trabalho de grupo e deve ser desenvolvido em equipe. A qualidade do trabalho dependerá da qualificação e compromisso dos participantes no processo de coleta, organização, reflexão e conclusão.

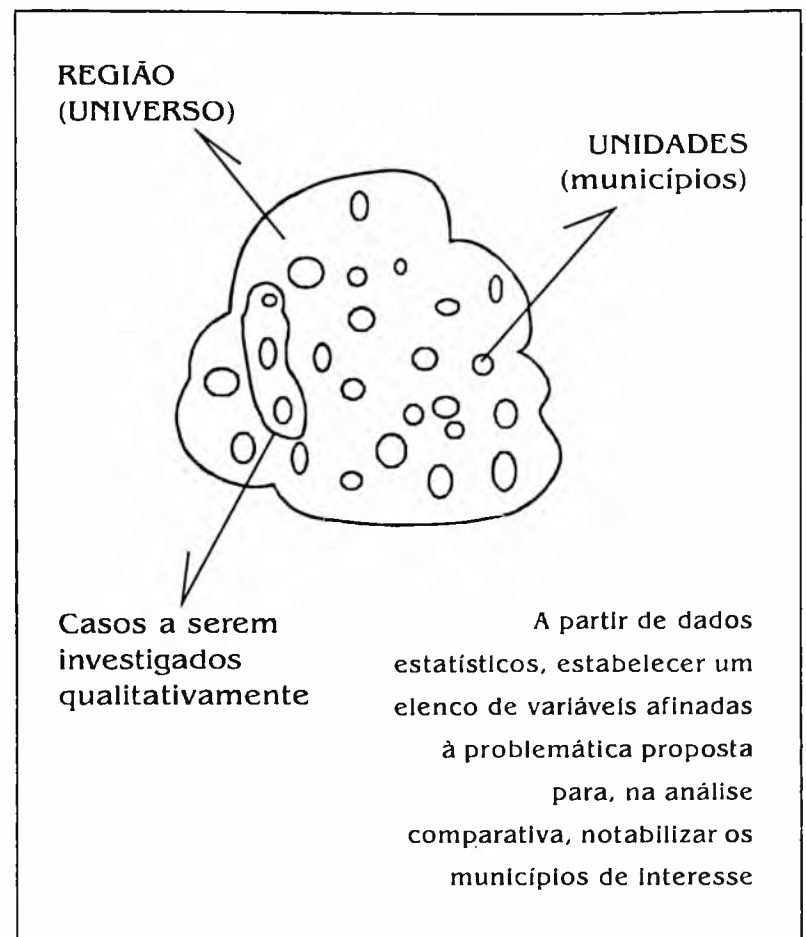


Figura 1 - Esquema gráfico para uso de técnica qualitativa e quantitativa em estudo regional

O caráter qualitativo da investigação requer uma sistemática rigorosa no que tange à coleta das informações com os entrevistados.

Devemos ter cuidado com os vieses passíveis de acontecer nas entrevistas. Como nos ensina Raffestin (1993), as relações apresentam dissimetrias, fruto dos diferenciais de poder entre as partes, sendo que a energia e a informação estabelecem tais diferenciais. No ritual de uma entrevista, o entrevistador deve avaliar as condições para o estabelecimento da relação, estando cômico de sua influência no conteúdo que deverá ser absorvido do entrevistado. Aqui, efetivamente, não existe neutralidade no processo, o que deve ocorrer é o discernimento, por parte do entrevistador, da intervenção que efetivamente não iniba e nem influencie os encadeamentos e reflexões do entrevistado, sempre potenciando os fluxos de informações que fertilizem a compreensão da problemática proposta.

Neste sentido, o compromisso da equipe com a pesquisa deve ir além de um interesse remunerativo.³

O trabalho coletivo, onde pesquisadores aglutinam suas experiências em torno de um grupo, socializando certas tarefas (como o trabalho de campo), politizando suas reflexões (em seminários organizados sistematicamente pelo grupo) e compartilhando resultados, é o lócus ideal para o desenvolvimento das técnicas qualitativas de investigação.

Quando se constitui uma pesquisa, nos termos acima descritos, que apresente um projeto político de ação e que esteja constituída a partir de estruturas organizativas ⁴que potenciem as reflexões e encaminhamentos dos trabalhos desenvolvidos, envolvendo não só o Estado, mas o público e o privado, os resultados serão, certamente, mais satisfatórios.

Considerações finais

Este ensaio reflete uma preocupação com as condições objetivas de trabalho, no âmbito das investigações geográficas.

A redução das verbas para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil mostra as perspectivas do projeto político veiculado pelas elites dominantes no país.

O projeto privatizante para o ensino e a pesquisa, que o Estado tenta implantar, irá restringir ainda mais o acesso ao ensino e sucatear o que

existe hoje, para privatizar depois. O descaso para com as universidades públicas deve ser combatido com propostas alternativas, com busca de parcerias mas nunca com a privatização. Numa sociedade onde o imperativo tecnológico se postula como condição essencial de autonomia e soberania, não se pode desobrigar o Estado de sua função de estímulo à educação. A universidade deve repensar seu papel, formular uma autocrítica aos corporativismos, mandonismos e hermetismos vigentes, em suma, adequar sua intervenção às novas condições de trabalho. Devemos amplificar a participação social da universidade na sociedade. Somente uma ação concreta do saber adquirido pela universidade, em consonância com as contradições postas pelo social vivido, é que trará ou estabelecerá um compromisso efetivo da sociedade com a universidade, o que fortalece sua manutenção.

A organização universitária deve repensar sua estrutura desde suas atividades burocráticas até as atividades acadêmicas e técnico-científicas.

A título de exemplo, o crescimento dos cursos de geografia, com a estruturação das pós-graduações, sem política de contratação de pessoal, é um paradoxo que deve ser gerido de forma inteligente e flexível. Estas sub-condições de trabalho não podem levar a uma banalização dos cursos.

As idéias colocadas neste artigo partem destas condições e tentam “desenhar” uma forma possível de se trabalhar de maneira autônoma, criativa e compromissada com uma universidade livre e afinada com os problemas que afetam nossas populações.

Notas

¹ *Conforme o Dicionário do pensamento marxista (1988), reificação “ é o ato (ou o resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem que se tornaram independentes (e que são imaginadas como origi-*

nalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso especial de alienação.”

- ² É importante sinalizar para a questão das discontinuidades no processo de produção do espaço. Os fluxos de informação e de capital de certa forma delinham a paisagem de uma região e o fazem de forma descontínua ou virtual.
- ³ É comum a utilização de estagiários para o desenvolvimento desta fase da pesquisa, estando estes muitas vezes distantes da problemática pro-

posta pelo trabalho, tendo como interesse imediato uma remuneração complementar e também uma pontuação curricular.

- ⁴ É o caso dos Núcleos de Pesquisas; Grupo Pluridisciplinares; ONG's que ultrapassam a rigidez e morosidade burocrática das organizações universitárias, estabelecendo com estas contrapartidas e convênios, quando necessários.

Bibliografia

- BALLESTEROS, Aurora Garcia. *Geografía y Marxismo*. Madrid. Editorial de la Universidad Complutense, 1986.
- BERTAUX, Daniel. *Les recits de vie, perspective ethnosociologique*. Paris, Nathan, 1997. 128 p.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo, Cortez, 1991. 164 p.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologia Qualitativa na Sociologia*. Petrópolis, Vozes, 1987, 163 p.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993, 269 p.

- SÁEZ, Horacio Capel. *Filosofia y ciencia en la geografia contemporánea*. Barcelona, Barcanova, 1988.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Cortez, 1991. 252 p.
- TRIVIÑOS, N. S. Augusto. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, Atlas, 1987. 175 p.
- VARET, Louis André Gérard & PASSERON, Jean Claude. *Le modèle et l'enquete: les usages du principe de rationalité dans les sciences sociales*. Paris, Éd. De L'École des hautes études en sciences sociales, 1995. 580 p.

